



### **Do Grupo de Consumo Responsável - GCR armazém de economia popular solidária ao Projeto E-coo: uma experiência libertadora e transformadora<sup>1</sup>**

Lucia Regina Nobre<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-0106-0097>

Lucia de Fátima Socoowski de Anello<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9139-9584>

Maria Angelica Machado Braga<sup>4</sup>

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (PMJS) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7498-0617>

**Resumo:** A alienação constitui uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista, submetendo os sujeitos a formas de consumo, produção e sociabilidade que reforçam a lógica da exploração e da mercantilização da vida. Em contraposição, experiências coletivas pautadas em práticas emancipatórias buscam reconfigurar essas relações, promovendo processos de conscientização e transformação social. Entre tais experiências, destacam-se os Grupos de Consumo Responsável (GCRs), que operam segundo os princípios da Economia Solidária, fundamentando-se em valores como justiça social, sustentabilidade ambiental e centralidade do ser humano e da natureza. Este trabalho tem por objetivo analisar a práxis desenvolvida no GCR Armazém de Economia Popular Solidária do município de Rio Grande (RS), enquanto iniciativa voltada à construção de circuitos alternativos de produção, comercialização e consumo, bem como refletir sobre sua continuidade e adaptação com a introdução da tecnologia social da plataforma *Projeto eCOO*, alinhada aos fundamentos do cooperativismo de plataforma. A metodologia adotada articula revisão bibliográfica com relato de experiência, ancorado em processos de pesquisa-ação participativa junto ao GCR. Os resultados indicam que a atuação do Armazém EPS reafirma o papel político-pedagógico dos GCRs, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos envolvidos e para a construção de práticas de consumo e produção que rompem com a lógica mercantil e promovem a justiça econômica e ambiental. A introdução da nova plataforma tecnológica preserva esses princípios, ampliando as possibilidades de articulação em rede e de fortalecimento das práticas solidárias.

**Palavras-chave:** consumo responsável; economia solidária; práxis; Grupos de Consumo Responsável; cooperativismo de plataforma.

<sup>1</sup> Recebido em: 11/06/2025 Aprovado em: 12/10/2025.

<sup>2</sup> Administradora de Empresas, Mestre e Doutora em Educação Ambiental, técnica administrativa em Educação na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: [nobre.lucia1971@gmail.com](mailto:nobre.lucia1971@gmail.com)

<sup>3</sup> Licenciada em Educação Física, Mestre e Doutora em Educação Ambiental. Docente da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: [luciaanello@hotmail.com](mailto:luciaanello@hotmail.com)

<sup>4</sup> Administradora de Empresas, Mestre em Educação Ambiental, agente administrativo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC. E-mail: [mangiel99@gmail.com](mailto:mangiel99@gmail.com)

## **Del Grupo de Consumo Responsable Armazém de Economia Popular Solidária al Proyecto eCOO: Desafíos y potencialidades en la construcción de una tecnología social pautada por la Economía Solidaria**

**Resumen:** La alienación constituye una dimensión estructural del modo de producción capitalista, sometiendo a los sujetos a formas de consumo, producción y sociabilidad que reproducen la lógica de la explotación y la mercantilización de la vida. En contraposición, experiencias colectivas pautadas en prácticas emancipadoras buscan reconfigurar estas relaciones, promoviendo procesos de concienciación crítica y transformación social. Entre estas experiencias, destacan los Grupos de Consumo Responsable (GCR), que operan según los principios de la Economía Solidaria, fundamentados en valores como la justicia social, la sostenibilidad ambiental y la centralidad del ser humano y la naturaleza. Este trabajo tiene como objetivo analizar la praxis desarrollada por el GCR *Armazém de Economia Popular Solidária* en el municipio de Rio Grande (Brasil), como iniciativa orientada a la construcción de circuitos alternativos de producción, comercialización y consumo, así como reflexionar sobre su continuidad y adaptación mediante la introducción de la plataforma tecnológica social *Proyecto eCOO*, alineada con los principios del cooperativismo de plataforma. La metodología articula una revisión bibliográfica con un relato de experiencia, basado en procesos de investigación-acción participativa junto al grupo. Los resultados indican que la actuación del Armazém EPS refuerza el papel político-pedagógico de los GCR, contribuyendo al desarrollo de una conciencia crítica entre los participantes y promoviendo prácticas de consumo y producción que rompen con la lógica mercantil, avanzando hacia una justicia económica y ambiental. La adopción de la nueva plataforma tecnológica preserva estos principios, ampliando las posibilidades de articulación en red y fortaleciendo las prácticas solidarias.

**Palabras clave:** consumo responsable; economía solidária; praxis; Grupos de Consumo Responsable; cooperativismo de plataforma.

## **From the Responsible Consumption Group Armazém de Economia Popular Solidária to the eCOO Project: Challenges and potential in the construction of a social technology guided by the Solidarity Economy**

**Abstract:** Alienation constitutes a structural dimension of the capitalist mode of production, subjecting individuals to forms of consumption, production, and sociability that reproduce exploitation and the commodification of life. In opposition to this logic, collective experiences grounded in emancipatory practices seek to transform these relationships by fostering processes of critical awareness and social transformation. Among such experiences, Responsible Consumption Groups (RCGs) stand out, operating according to the principles of Solidarity Economy and guided by values such as social justice, environmental sustainability, and the centrality of human beings and nature. This study aims to analyze the praxis developed by the Responsible Consumption Group Armazém de Economia Popular Solidária in Rio Grande (Brazil), as an initiative for building alternative circuits of production, marketing, and consumption, as well as to reflect on its continuity and adaptation through the introduction of the eCOO Project, a social technology platform aligned with the principles of platform cooperativism. The methodology combines a literature review with an experience report, drawing on participatory action research conducted within the group. The results indicate that the group's political and educational role contributes to fostering critical awareness among participants and promoting production and consumption practices that resist market-driven logics and advance economic and environmental justice. The adoption of the new technological platform reinforces these principles, expanding opportunities for networked collaboration and strengthening solidarity-based practices.

**Keywords:** responsible consumption; solidarity economy; praxis; Responsible Consumption Groups; platform cooperativism.

## INTRODUÇÃO

O consumo responsável configura-se como um campo de práticas e de reflexão crítica que busca ressignificar o ato de consumir, transformando-o em um exercício político, ético e cidadão. Ao adotar essa perspectiva, o consumo deixa de ser concebido como um ato isolado e individual para ser entendido como parte de um sistema mais amplo, que conecta a produção, a distribuição, o uso e o descarte, com implicações diretas sobre o ambiente, as relações sociais e os direitos trabalhistas (Bauman, 2008). Trata-se, portanto, de um convite à ampliação da consciência crítica dos consumidores e de uma prática que desafia as lógicas hegemônicas de produção e consumo do capitalismo contemporâneo.

Nesse cenário, os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) emergem como formas organizativas e experimentais de construção de novas relações de mercado, pautadas pela solidariedade, pelo respeito ao meio ambiente, pela justiça social e pelo fortalecimento da economia local. Esses grupos não apenas promovem circuitos curtos de comercialização e relações diretas entre produtores e consumidores, mas também se constituem como espaços de educação crítica e de construção coletiva de alternativas ao consumismo exacerbado.

No Brasil, as experiências de GCRs vêm se multiplicando desde o final dos anos 1990, dialogando com movimentos de Economia Solidária, Agroecologia e Comércio Justo. No estado do Rio Grande do Sul, tais experiências têm se consolidado em diferentes municípios, promovendo arranjos territoriais inovadores e práticas econômicas que tensionam os limites do mercado capitalista (Gaiger, 2003; Singer, 2002).

O município do Rio Grande abriga, desde 2016, uma dessas experiências: o Armazém de Economia Popular Solidária (Armazém EPS), um GCR que reúne produtores familiares, consumidores organizados e gestores solidários. Sua trajetória foi acompanhada e assessorada pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG)<sup>5</sup>, constituindo-se como uma

---

<sup>5</sup> Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) surgiu em 2003 o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), sendo um núcleo permanente tendo como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, micro e pequenas empresas, qualificação dos trabalhadores, ações de combate à fome e novas alternativas de produção e consumo. <https://nudese.furg.br/historia>

experiência relevante de integração entre universidade e sociedade civil organizada. Mais recentemente, esse grupo vem enfrentando novos desafios e possibilidades, a partir da introdução de uma plataforma digital de comercialização, inspirada nos princípios do cooperativismo de plataforma<sup>6</sup> (Scholz, 2018; Grohmann, 2020), um conceito emergente que busca reapropriar as tecnologias digitais como infraestruturas comuns e democráticas a serviço da economia solidária.

Este artigo tem por objetivo identificar e analisar as características do GCR Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande/RS, investigando sua estrutura organizativa, trajetória de desenvolvimento e metodologia de atuação, bem como os processos e desafios de transição associados à introdução da plataforma digital cooperativa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONSUMO RESPONSÁVEL, PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA COMO ALTERNATIVA SOCIOTÉCNICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Na sociedade capitalista contemporânea, o consumo encontra-se profundamente vinculado às dinâmicas de acumulação de capital e de reprodução das desigualdades sociais. O enriquecimento crescente dos detentores dos meios de produção — uma minoria da população mundial — ocorre em contraste com a precarização das condições de trabalho e de vida de grande parte da população, especialmente daqueles que produzem os bens e serviços consumidos cotidianamente. Nesse contexto, os trabalhadores, enquanto sujeitos produtores, tornam-se invisibilizados no processo de mercantilização, recebendo uma parcela ínfima do valor gerado, ao passo que as relações entre produção, consumo e impactos socioambientais permanecem opacas para a maioria dos consumidores.

O ato de consumir, portanto, tende a ser alienado: o consumidor típico pouco conhece as trajetórias materiais, sociais e ambientais dos produtos que adquire. Como argumenta Bauman (2008), vivemos uma cultura de consumo marcada pela “liquidez” das relações sociais e pela efemeridade dos vínculos, o que dificulta a construção de

---

<sup>6</sup> O termo Cooperativismo de Plataforma criado por Trebor Scholz em 2016, que surge como uma tentativa de enfrentamento ao capitalismo de plataforma, ocupa-se de temas como propriedade coletiva, trabalho associado, pagamento e condições de trabalho decentes, governança democrática, transparência e portabilidade de dados (Scholz, 2018)

práticas econômicas baseadas em responsabilidade e solidariedade. Nesse cenário, frequentemente não se considera nem a saúde dos seres humanos e de outros seres vivos, nem a degradação dos recursos naturais implicada nos processos produtivos.

Em contrapartida, o consumo responsável emerge como um campo de práticas e de reflexão crítica que busca transformar o ato de consumir em um ato ético, político e cidadão. Tal transformação implica estimular os consumidores a olhar para além do preço e da marca dos produtos, refletindo sobre todo o sistema de produção, as condições de trabalho, os impactos ambientais, a equidade nas relações comerciais e a valorização de saberes e culturas locais. Trata-se de um esforço por ressignificar o consumo e desconstruir a lógica da mercantilização da vida.

Como apontam Mascarenhas et al. (2014, p.17):

Essa forma de relação comercial valoriza a preservação do meio ambiente, destacando a produção agroecológica, pois os produtos adquiridos pelos consumidores responsáveis levam em conta a preocupação com o impacto social e ambiental de sua produção; valorizam a cultura local e o pequeno produtor, por se comprar diretamente de quem domina o conhecimento da forma de produção, pagando-se, portanto, um preço justo tendo em vista a qualidade do produto e o encurtamento da cadeia produtiva.

O consumo responsável, portanto, articula-se com os valores da economia solidária, um campo que se propõe a reconfigurar as relações econômicas e sociais de modo a colocar o ser humano — e não o lucro — no centro dos processos de produção, circulação e consumo (Singer, 2002). Como enfatizam Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 5):

O consumo responsável é a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Ele se faz necessário para ajudar a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo.

Dentro desse campo, os Grupos de Consumo Responsável (GCR) representam uma estratégia organizativa concreta e potente. Tais grupos configuram-se como redes autogestionárias que aproximam produtores e consumidores em relações de troca baseadas na confiança, na solidariedade e na transparência. Segundo Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 9):

Os Grupos de Consumo Responsável constituem-se em experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta.

Nos últimos anos, entretanto, a intensificação das chamadas plataformas digitais ou plataformas de compartilhamento — fortemente marcadas por modelos neoliberais e

extrativistas — trouxe novos desafios e contradições para as experiências de consumo responsável e para os processos de trabalho como um todo. A “plataformização do trabalho”, como define Grohmann (2020), corresponde à transposição das relações de trabalho capitalistas para o universo digital, consolidando novos mecanismos de exploração e de concentração de poder. Tais plataformas, longe de promover uma economia de fato compartilhada, tendem a concentrar lucros nas mãos de grandes corporações (como Amazon e iFood), aprofundando a precarização e a fragmentação das relações de trabalho (Rüsche & Santini, 2018; Scholz, 2018).

Nesse contexto, o conceito de cooperativismo de plataforma surge como uma proposta contra-hegemônica que busca democratizar as infraestruturas digitais e colocar a tecnologia a serviço de uma economia solidária e emancipatória. Segundo Scholz (2018, p. 17), “o cooperativismo de plataforma envolve modelos de propriedade democrática para a Internet.”

Ao mesmo tempo, as pesquisas recentes apontam para a diversidade de modelos possíveis dentro dessa perspectiva. Como afirmam Alvear et al. (2023, p. 51):

Existem diversas tipologias ou modelos possíveis para o cooperativismo de plataforma, incluindo aí cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras que atuam em paralelo às plataformas capitalistas controladas por multinacionais; cooperativas de desenvolvimento tecnológico, voltadas para a criação de ferramentas baseadas em livre compartilhamento e bens comuns digitais; cooperativas de distribuição e comércio, como as organizadas para conectar consumidores nas cidades com pequenos produtores no campo. Isso só para relacionar algumas das formas de organização digital possíveis dentro de uma perspectiva de Economia Solidária.

Portanto, ao promover a introdução de plataformas digitais cooperativas no campo do consumo responsável, abre-se um novo espaço para o fortalecimento de redes solidárias e para a construção de circuitos econômicos mais justos e transparentes. Contudo, este movimento também exige uma reflexão crítica e cuidadosa, a fim de que os princípios da Economia Solidária, do trabalho digno (fairwork) e das tecnologias sociais não sejam subordinados às lógicas instrumentais do mercado digital (Grohmann, 2020; Anello et al., 2022).

Para Kwecko et al., (2024), a agricultura familiar se configura como uma categoria de trabalho com baixo acesso e incorporação das tecnologias convencionais, o que pode estar relacionado tanto com questões financeiras quanto dos próprios modos de trabalho. Já as tecnologias sociais de caráter participativo e com a adequação aos contextos locais, valorizam as culturas e os saberes tradicionais das comunidades para

as quais são implementadas. Sendo as tecnologias sociais, para além de ferramentas, vias de empoderamento social e político, ressalta-se ainda que existe uma convergência entre o cooperativismo de plataforma, a tecnologia social e a educação ambiental, os quais delineiam um horizonte comum. Esse horizonte pode ser percebido na melhoria das relações entre a sociedade e o meio ambiente, resultando em condições de trabalho dignas.

Neste processo, torna-se fundamental reconhecer a centralidade da práxis emancipatória como horizonte ético e metodológico. De acordo com Paulo Freire (2019, p.30):

Para que aconteça a práxis libertadora é necessário que o ser humano se reconheça como um ser oprimido. Só então ele é capaz de engajar-se em uma luta contra a opressão. O ser humano, para conquistar sua vocação ontológica, necessita de uma práxis que transforme essa realidade opressora que é histórica.

Tal práxis exige uma articulação indissociável entre ação e reflexão, superando tanto o vazio do discurso quanto o ativismo inconsequente. Conforme enfatiza Freire na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a práxis autêntica (Freire, 2019, p. 52).

Dessa forma, o desafio contemporâneo da construção de ecossistemas digitais cooperativos e solidários passa, necessariamente, pela criação de espaços de reflexão crítica e ação transformadora. Como complementa Moura (2016, p. 206):

Compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo são acontecimentos que se efetivam tão somente em sociedade. Ao indagar, conhecer, compreender e agir, o ser humano desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, de decidir, de escolher (ainda que sob as coerções sistêmicas) e, ao exercer a escolha na ação que desenvolve, não muda apenas o mundo, mas muda também sua posição diante do mundo.

Portanto, a introdução de plataformas cooperativas no contexto dos GCRs deve ser guiada por uma visão dialógica e emancipatória da tecnologia, promovendo não apenas inovação instrumental, mas sobretudo a construção coletiva de alternativas sociotécnicas capazes de fortalecer a práxis dos sujeitos populares, ressignificando suas relações com o consumo, o trabalho e o território.

## METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho articula duas vertentes principais: a revisão bibliográfica sistemática e a pesquisa qualitativa com observação participante. Essa abordagem mista visa aprofundar a compreensão do fenômeno investigado — o Grupo de Consumo Responsável (GCR) Armazém da Economia Popular Solidária, no município de Rio Grande (RS) —, tanto em seus fundamentos teórico-conceituais quanto em sua prática cotidiana e processos de inovação sociotécnica.

Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos que sustentam este estudo: consumo responsável, economia solidária, práxis emancipatória e cooperativismo de plataforma. Esta revisão buscou sistematizar o debate acadêmico já produzido sobre o tema, permitindo identificar os marcos teóricos e os referenciais analíticos que fundamentam a compreensão dos GCRs como práticas alternativas no campo da economia e da cultura do consumo. A revisão também contemplou a literatura específica produzida sobre o GCR Armazém da Economia Popular Solidária, de forma a mapear e sistematizar os registros existentes sobre sua trajetória, estruturação e metodologias organizativas.

Em um segundo momento, este trabalho incorporou uma pesquisa qualitativa de caráter participante, em consonância com os princípios da pesquisa-ação e da sistematização de experiências (Freire, 1987; Brandão, 2009; Jara, 2012). As pesquisadoras atuaram como integrantes do coletivo gestor do GCR, desde sua criação em 2016, acompanhando de forma imersiva seu desenvolvimento e suas dinâmicas organizativas. Essa inserção privilegiada possibilitou a realização de observação participante contínua, com registro sistemático de processos, práticas e tomadas de decisão no cotidiano do grupo.

Além disso, um foco particular da observação concentrou-se no processo de transição tecnológica vivenciado pelo GCR, com a introdução de uma nova plataforma digital para compras online, em substituição à antiga plataforma Cirandas, que se tornara obsoleta e limitava a ampliação de consumidores e produtores. Este acompanhamento permitiu refletir sobre as implicações sociotécnicas dessa mudança, seus impactos sobre a dinâmica de autogestão e as possibilidades e limites do uso de tecnologias digitais em contextos de Economia Solidária.



Dessa forma, a triangulação entre revisão bibliográfica, análise documental e observação participante permitiu construir um olhar aprofundado sobre o GCR Armazém da Economia Popular Solidária, compreendendo-o como uma experiência concreta de construção de alternativas ao modelo hegemônico de consumo, com forte potencial de inovação social e política. A metodologia adotada, portanto, está em sintonia com a proposta freireana de produção de conhecimento comprometida com a transformação da realidade e com o fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos (Freire, 2019).

Ao conjugar fundamentação teórica rigorosa com um olhar atento sobre a experiência prática do GCR Armazém da Economia Popular Solidária, esta pesquisa busca construir um conhecimento situado e dialógico, capaz de iluminar os desafios e as potencialidades das práticas de consumo responsável e de economia solidária em contextos territoriais concretos. A metodologia adotada valoriza a construção coletiva do saber, reconhecendo que as inovações sociais e tecnológicas nascem da práxis dos sujeitos envolvidos e de seus processos de auto-organização. Assim, este estudo pretende contribuir não apenas para o debate acadêmico, mas também para o fortalecimento e a replicação de experiências emancipatórias no campo do consumo e da produção solidária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No município do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, temos desde 2016 o Armazém de Economia Popular Solidária (Armazém EPS) atuando como um Grupo de Consumo Responsável (GCR). Incubado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG), o Armazém EPS desenvolveu sua metodologia de funcionamento a partir da Plataforma Cirandas, uma ferramenta digital voltada a iniciativas da economia solidária.

O fluxo de funcionamento do Armazém EPS segue um modelo colaborativo: na segunda-feira, os gestores contatam os produtores para identificar a oferta semanal de produtos, que são então cadastrados na plataforma digital. O ciclo de consumo é aberto e divulgado por meio de grupos de WhatsApp. As encomendas são fechadas na quinta-feira, e os produtores recebem a confirmação dos pedidos. As entregas ocorrem na sexta-feira, configurando um circuito curto e transparente entre produção e consumo.

O surgimento do Armazém EPS foi motivado por preocupações com a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental, além de buscar soluções para o escoamento da produção de grupos assessorados pelo NUDESE e demais iniciativas locais de economia solidária. Inspirado pelo GCR Bem da Terra de Pelotas (RS), o Armazém foi inicialmente estruturado como um núcleo da Rede Bem da Terra. No final de 2019, uma assembleia convocada pelo NUDESE formalizou o grupo como Associação Educacional para o Consumo Responsável Armazém de Economia Solidária Rio Grande, consolidando seu caráter autônomo e jurídico.

Essa formalização representou um passo importante no amadurecimento institucional do GCR, conferindo-lhe maior capacidade de articulação e sustentabilidade. Os membros fundadores — em sua maioria vinculados à comunidade acadêmica da FURG (estudantes, técnicos e professores) — reafirmaram o caráter educativo e transformador do grupo, orientado por uma pedagogia freireana, pautada na ação-reflexão-ação e na construção de uma práxis coletiva e emancipadora (Freire, 2019).

Atualmente, o Armazém EPS encontra-se em fase de incubação, com suporte contínuo do NUDESE, especialmente no fortalecimento da autogestão e na formação em princípios da economia solidária. De acordo com a Assembleia Legislativa do Estado do RS (2017), o processo de incubação busca promover a autonomia organizativa e a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, mediante assessoria formativa e metodológica.

A prática formativa é um dos pilares do Armazém EPS. Desde seu início, o grupo promoveu encontros educativos voltados à reflexão crítica sobre consumo, produção e sustentabilidade. O primeiro encontro formativo, realizado em setembro de 2016, contou com a participação do Professor Antônio Cruz (TECSOL/UFPel), que compartilhou experiências relacionadas aos GCRs e ao uso da Plataforma Cirandas. Essas formações são essenciais para consolidar a compreensão dos participantes destes grupos sobre os fundamentos da economia solidária e do comércio justo, em consonância com a ideia de que:

Não só a comercialização faz parte da dinâmica dos GCRs. As atividades educativas estão sempre presentes [...] oficinas práticas, mutirões, rodas de conversa, degustações de produtos [...] participação em aulas de escolas agrícolas, cursos, visitas ao produtor e campanhas (Mascarenhas et al., 2014, p. 5).

Essas ações educativas articulam teoria e prática, constituindo-se em espaços de construção coletiva de saberes, que visam não apenas transformar padrões de consumo, mas também promover uma práxis libertadora (Freire, 2019). Como destaca o autor, “a práxis que, sendo reflexão em ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 2019, p. 127-128).

Nesse sentido, o Armazém EPS atua como um espaço de resistência e transformação social, ao promover práticas de consumo e produção que se contraponham à lógica hegemônica do mercado capitalista. Como observam Pistelli e Mascarenhas (2011):

[...] facilitar o acesso dos consumidores a produtos e serviços da agricultura familiar, agroecológica e da economia solidária a um preço justo, ao mesmo tempo que se busca construir com produtores um canal de escoamento de seus produtos com remuneração mais justa e melhores condições de trabalho” (Pistelli; Mascarenhas, 2011, p. 8).

Entre os produtos ofertados no GCR, destacam-se alimentos hortifrutigranjeiros de agricultores familiares da região (Rio Grande e São José do Norte), produtos gastronômicos de grupos locais, e itens provenientes de outras regiões do Brasil, quando não disponíveis localmente. A cadeia de fornecimento prioriza circuitos curtos, garantindo a rastreabilidade e fortalecendo os laços entre produtores e consumidores.

Contudo, o grupo enfrenta desafios relacionados à manutenção dos princípios da economia solidária em um contexto marcado pela hegemonia das tecnologias capitalistas, desafios este entre outros a dependência dos atravessadores para o início da produção, os grandes mercados que comprem de grandes produtores, barateando o custo e empurrando o preço dos hortifrutigranjeiros para baixo, entre outros. Como enfatiza Dagnino (2019), há escassez de recursos tecnológicos alinhados a uma perspectiva contra-hegemônica, o que dificulta a construção de alternativas digitais coerentes com os valores da economia solidária.

Nesse cenário, as tecnologias sociais desempenham um papel estratégico, ao buscar adequação às realidades locais e às necessidades dos sujeitos envolvidos. O debate recente sobre cooperativismo de plataforma (Alvear et al., 2023) abre novas possibilidades para a construção de infraestruturas digitais autogeridas, que rompam com a lógica concentradora das chamadas “economias de compartilhamento” (Rüsche e Santini, 2018; Grohmann, 2020).

Existem diversas tipologias ou modelos possíveis para o cooperativismo de plataforma, incluindo aí cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras [...]

cooperativas de desenvolvimento tecnológico [...] cooperativas de distribuição e comércio (Alvear et al., 2023, p. 51).

Nessa perspectiva, a adoção de uma nova plataforma digital no Armazém EPS — em substituição à obsoleta Plataforma Cirandas — representa não apenas uma inovação tecnológica, mas também um reposicionamento estratégico do grupo no campo das alternativas sociotécnicas. Trata-se de uma oportunidade para reafirmar os princípios da economia solidária e para explorar formas de plataformação crítica (Grohmann, 2020), orientadas por valores de autogestão, transparência e justiça social.

Em síntese, o GCR Armazém EPS contribui para consolidação de empreendimentos econômicos solidários e assim na construção de práticas concretas de economia solidária e consumo responsável, oferecendo um exemplo inspirador de como tecnologia, educação popular e organização comunitária podem convergir na construção de alternativas ao modelo capitalista de produção e consumo. O desafio atual reside em aprofundar esses processos, consolidando uma plataforma digital que seja, ao mesmo tempo, ferramenta de gestão eficiente e espaço de fortalecimento político e formativo das redes solidárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Grupo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande reafirma o potencial transformador das práticas de consumo responsável e da economia solidária, especialmente quando articuladas a processos de educação popular e inovação sociotécnica. Ao longo de sua trajetória, o GCR consolidou-se como um espaço formativo e de resistência, pautado em princípios éticos e políticos que visam a superação das lógicas de mercado capitalista, promovendo relações justas e solidárias entre produtores e consumidores.

A construção coletiva de saberes, fundamentada na práxis freireana (Freire, 2019), constitui-se como um dos elementos centrais da identidade do Armazém EPS. Por meio de processos formativos contínuos e da participação ativa de seus membros, o grupo vem contribuindo para a transformação das práticas de consumo e para a valorização dos saberes e das culturas locais.

Por outro lado, os desafios enfrentados pelo GCR, sobretudo no campo das tecnologias digitais, evidenciam a necessidade urgente de desenvolvimento e

apropriação de ferramentas tecnológicas coerentes com os princípios da economia solidária. Como destacam Dagnino (2019) e Alvear et al. (2023), a construção de plataformas cooperativas autogeridas é uma estratégia fundamental para garantir que os avanços tecnológicos sirvam aos interesses das comunidades e não à reprodução das desigualdades impostas pelo capitalismo de plataforma.

A transição do Armazém EPS para uma nova plataforma digital, mais adequada e alinhada aos seus valores, representa um passo estratégico nesse sentido. Trata-se de uma oportunidade para fortalecer a autogestão, ampliar o alcance do grupo e aprofundar o compromisso com a justiça social e ambiental. Como lembram Pistelli e Mascarenhas (2011), a construção de circuitos de comercialização baseados em comércio justo e solidário não é apenas uma alternativa econômica, mas um processo educativo e político que contribui para a construção de novas relações entre as pessoas e com o meio ambiente.

Em um contexto marcado por profundas crises sociais, ambientais e econômicas, experiências como a do Armazém EPS revelam caminhos possíveis para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e solidárias. O fortalecimento dessas iniciativas demanda, entretanto, políticas públicas de fomento, redes de colaboração e investimentos em tecnologias sociais comprometidas com a emancipação dos sujeitos e a democratização do acesso aos bens comuns.

Nesse horizonte, a articulação entre economia solidária, consumo responsável, educação popular e tecnologias cooperativas deve ser vista não apenas como um campo de experimentação local, mas como um componente estratégico de projetos mais amplos de transformação social e construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski; NOBRE, Lucia Regina; BRAGA, Maria Angélica Machado. Rede Rizoma. **Revista das ITCPs**, v. 2, n. 1, p. 24-35, 2022.

ALVEAR, Celso Alexandre; NEDER, Ricardo; SANTINI, Daniel. Economia solidária 2.0: por um cooperativismo de plataforma solidário. **P2P e Inovação**, v. 9, n. 2, p. 42-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21721/p2p.2023v9n2.p42-61>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Manual de Economia Solidária**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL  
ARMAZÉM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.  
**Estatuto Social**. Rio Grande, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura Rebelde**: Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/82/FPF\\_PTPF\\_12\\_065.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/82/FPF_PTPF_12_065.pdf). Acesso em janeiro de 2025.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista EPTIC**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/12188/10214>. Acesso em: 12 abr. 2025.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

KWECKO, Viviani Rios; LOPES, Raizza da Costa; RIBEIRO, Júlia Nyland do Amaral. Paradigmas tecnológicos emergentes: a experiência do Projeto e-Coo no cooperativismo de plataforma. **II Seminário Nacional Araucárias em Redes de Educação Ambiental**, São Francisco de Paula – RS, 2024. “[no prelo]”.

MASCARENHAS, Thaís Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Lígia Scarpa. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. In: **VII Encontro Nacional e Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2014.

MOURA, Danieli Veleda. **A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à educação ambiental crítica**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thaís Silva. **Organização de grupos de consumo sustentável**. São Paulo: Instituto Kayrós, 2011.

RÜSCHE, Ana; SANTINI, Daniel. Plataformas de solidariedade: a diferença entre transformar tudo em objeto de lucro e compartilhar de maneira inteligente. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Cooperativismo de plataforma**. São Paulo: Editora Elefante, 2018. p. 7-10.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de Plataforma. In: da Costa Lopes, R., Kwecko, V. R., Nobre, L. R., Ribeiro, J. N. D. A., Victor, K. D., & Botelho, S. S. D. C. **Cooperativismo de Plataforma no contexto da agricultura familiar**: primeiros passos do projeto E-coo. Anais do II SERDAF Seminário Regional sobre Desenvolvimento e Agricultura Familiar IX Feira Municipal do Conhecimento, 2023, p. 63.